



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000474059

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2113036-54.2021.8.26.0000, da Comarca de Presidente Epitácio, em que é paciente SILVIA VALERIANO AMARÃES e Impetrante RAFAEL KHALIL COLTRO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Covalidaram a liminar e Concederam a ordem nos termos supramencionados.V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores OTAVIO ROCHA (Presidente) E FREITAS FILHO.

São Paulo, 21 de junho de 2021.

ALBERTO ANDERSON FILHO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Habeas Corpus nº 2113036-54.2021

Impetrante: Rafael Khalil Coltro

Paciente: Silvia Valeriano Amarães

Juízo: 2ª Vara da Comarca de Presidente Epitácio

Voto nº 20771

HABEAS CORPUS – Tráfico de drogas – Revogação da prisão preventiva – Pedido já analisado em outro habeas corpus – Não conhecimento neste ponto – Pedido de liberdade em razão de filhos menores – Acatamento - Liminar deferida – Ordem concedida.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Rafael Khalil Coltro, em favor de **Silvia Valeriano Amarães**, alegando estar sofrendo ilegal constrangimento por parte do Juízo em referência.

Em breve síntese, o impetrante sustenta que a prisão preventiva da Paciente foi decretada desconsiderando-se a sua primariedade, a ausência de gravidade concreta da conduta e o fato dela ser genitora de duas crianças menores. Alega que a Paciente possui residência fixa, trabalho lícito e que cuida de duas filhas ainda crianças. Por fim, argumenta o risco de contaminação na prisão pelo coronavírus.

Pedi, pois, a concessão de liminar para que fosse deferida a liberdade provisória ou, subsidiariamente, concedida prisão domiciliar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A liminar foi deferida (fls. 30/33), as informações foram prestadas (fls. 48/53) e a Douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 55/67).

É o relatório.

A liminar deve ser convalidada, ficando reiterados os termos da referida decisão:

“Consta dos autos que no dia 07 de maio de 2021, policiais militares faziam operação de combate ao tráfico na Rodovia Raposo Tavares quando interceptaram o ônibus da empresa Andorinha que ia de Ponta Porã/MS para Campinas/SP e, com a ajuda de cães farejadores, foi apontada a mala da Paciente, na qual havia 13 invólucros, pesando total aproximadamente 3.030,00 gramas.

A presente impetração somente será conhecida em parte.

Isso porque sobre o pedido de liberdade provisória sob os argumentos de ser a ré primária, não ter sido o delito praticado mediante violência ou grave ameaça e por força da pandemia já foram analisados nos autos do habeas corpus nº 2104141-07.2021, cujo julgamento virtual já foi iniciado no dia 14/05/2021, inclusive.

Assim, por se tratar de mesmo pedido, não será objeto de análise aqui, restringindo-se a insurgência somente ao pedido de prisão domiciliar por conta da Paciente ser genitora de duas crianças, uma delas com menos de 1 ano de idade, fato novo para esta Corte e que não havia sido mencionado no habeas corpus anterior, interposto pela Defensoria Pública.

Cumprir observar que como havia grande divergência entre os endereços residenciais fornecidos pela paciente e pelo impetrante, este foi instado a esclarecer e o fez a contento, de forma clara e precisa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assim, excepcionalmente a liminar deve ser deferida.

A Paciente é primária, não tem maus antecedentes e possui duas filhas ainda crianças, sendo uma delas com cerca de 1 ano de idade, devendo ser levado em consideração que ela é muito importante para os cuidados das filhas.

É certo que as crianças estão com a avó materna que certamente a elas cuida com toda atenção carinho e desvelo, como é peculiar às avós.

Todavia, não se pode impor essa guarda à avó que, como constou dos autos em documento por ela elaborado, tem seus afazeres e necessita trabalhar para seu sustento e de outros que dela dependem e dependerão.

Especialmente por essa razão, pois, se a avó não puder continuar cuidando das netas elas terão de ser colocadas em abrigo que certamente delas muito bem cuidarão, mas nunca, em especial para as crianças, como a mãe, a liminar deve ser deferida.

Saliento que a concessão não é pela paciente, mas sim pelas filhas, pois, ela, a princípio, não é merecedora de tal consideração à medida que, sem pensar nas filhas, as deixou para viajar para local distante e ao que tudo indica, praticar tráfico de entorpecentes.

Independentemente de concordar com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal, pois, entendo que os casos deveriam ser analisados um a um, aliás como neste agora é feito, deve ser cumprido o decidido no HC nº 165.704 da 2ª Turma do STF.

*Assim, **defiro a liminar para conceder prisão domiciliar** à Paciente, lembrando sempre que a prisão domiciliar é **prisão com restrição da liberdade**, não liberdade provisória, devendo, portanto, a Paciente sempre permanecer no domicílio e não*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ficar vagando pelas ruas como se solta estivesse somente podendo dele sair em caso de extrema urgência que deverá ser devidamente comprovada. Deverá, também, a paciente participar de todos os atos processuais que requeiram sua presença, ainda que virtuais.

O impetrante informou que o endereço atual da Paciente é Rua Manoel Herculino Cunha, 224, casa 2, Jardim Pinheiro, Guarulhos/SP (fls. 12) e, a princípio, é nesse local que ela deverá cumprir a prisão domiciliar e ser intimada de todos os atos do processo. Todavia, também consta o endereço de sua mãe e caso ela nele vá cumprir a prisão domiciliar, deverá indicá-lo quando deixar o presídio. Outra eventual mudança de endereço deverá ser previamente informada ao Juízo, visto que na delegacia de polícia a Paciente forneceu endereços diversos (fls. 04/08 e fls. 11 dos autos originais), sob pena de revogação da prisão domiciliar”.

O impetrante cumpriu a determinação de informar nos autos o endereço em que a Paciente cumprirá a prisão domiciliar, bem como juntou cópia da decisão com a assinatura da Paciente (fls. 40/44).

Sendo assim, convalida-se a liminar e **concede-se a ordem** nos termos supramencionados.

Alberto Anderson Filho
Relator